



GOVERNAMENTALIDADE NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: ESTADO DO CONHECIMENTO DE 2012 A 2022¹

Carlos Roberto de Oliveira Lima

Antônio Carlos do Nascimento Osório

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Resumo: Pensar a educação de surdos em nossos dias requer escolher posicionamentos e abordagens. Um caos produtor de novas e outras tantas possibilidades. Constitui-se em uma trilha de saberes que, ora conseguem dialogar entre si, ora divergem totalmente seus pontos de vista. Em meio a essas relações de saber-poder, o objetivo desse trabalho é produzir um estado do conhecimento para dimensionar a construção de saberes inscritos dentro das pesquisas catalogadas que remontam a educação de surdos e suas formas de conduzir tais possibilidades de vidas surdas em nossos dias. O recorte temporal remonta um período de dez anos (2012-2022) e as análises tecidas foram baseadas nas obras e pensamentos de Michel Foucault. A plataforma utilizada para a realização do levantamento foi o Repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foram levantadas 82 teses para compor o universo da pesquisa coletados a partir dos seguintes descritores elegidos: “Educação de Surdos, Educação Especial e Surdez”, combinando-os de diferentes formas. Conclui-se que o levantamento proporcionou vislumbrar táticas de governamento e de normalização de sujeitos surdos submersos em normas exigindo que se aproximem do padrão auditivo ou, de outra forma, inscrevam-se de forma depreciativa abaixo da condição social esperada. Percebemos que nestas formas de condução (educação básica, inclusiva e superior) há marcas de uma colonização audista, deixando o processo educacional de surdos com uma defasagem quase que irremediável. De outra forma, exige-se destes sujeitos que seja bilíngue e dominem a língua portuguesa, modalidade escrita, sob o risco de serem novamente excluído pelas normas.

Palavras-chave: Educação de surdos; governamentalidade; surdez; normalização.

Introdução

Têm medo do caos aqueles que tingem o céu de rosa e acreditam permanecer na essência da paz [...].

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil



Mudar significa a possibilidade de instaurar o desconhecido. Logo, é perdida a segurança das escolhas feitas. (LIMA, 2023)

A educação de surdos em nossos dias constitui-se de uma trilha ramificada e repleta de saberes que, ora se convergem, ora se divergem. Um caos produtor de novas e outras tantas possibilidades. Os saberes, ao serem agitados pela força do caos, chocam-se, imbricam-se nas teias das relações de poder e outros tantos movimentos passam a se formar a partir de tais adversidades. Percebendo essa movimentação nas águas da educação de surdos, decidimos realizar um levantamento e organizar um estado do conhecimento para apontar algumas destas ramificações encontradas nesse campo de pesquisa.

Para tanto, entendemos o estado do conhecimento como um processo de identificação, registro e categorização que torna possível refletir sobre a produção científica de determinada área do conhecimento, em um recorte de tempo específico e dando a possibilidade de novas contribuições para a área analisada (MOROSINI; FERNANDES, 2014).

Elegemos como referencial para a construção de nossa proposta, as problematizações das obras de Michel Foucault, em especial, os conceitos de governamentalidade, poder-saber e normalização. Nos interessa, também, no pensamento do autor, a possibilidade de expor “[...] o corpo humano asfixiado pelos nós do poder - preso em sentimentos e valores próprios e, acima de tudo, fruto de todas as relações de aprisionamento da sociedade” (OSÓRIO, 2010a, p. 97).

Nesse ínterim, buscamos dialogar com Lopes e Fabris (2013), Lopes (2011) e Vieira-Machado (2012), tendo como objetivo a produção de um estado do conhecimento para dimensionar a construção de saberes inscritos dentro das pesquisas catalogadas que remontam a educação de surdos e suas formas de conduzir tais possibilidades de vidas surdas em nossos dias.

A justificativa para a elaboração desse trabalho se baseia no entendimento de que, insanamente, se tem buscado atribuir à educação várias funções, esquecendo que “[...] ela foi criada e sempre será adequada aos interesses da sociedade em que se insere, exigindo dela uma reprodução fidedigna de suas contradições e seus conflitos” (OSÓRIO, 2010b, p. 136),



ou seja, a educação envolve fatores diversos, como: relações, condições do viver/sobreviver, laços entre família, saúde, alimentação, etc. e, entre tantos laços, a surdez é um marcador que intensifica a diferença e produz novos discursos educacionais. Dessa forma, pensando nas possibilidades de condução de condutas surdas em ambientes educacionais, no tópico seguinte, esboçamos a metodologia escolhida para trilhar esse caminho.

Metodologia

A composição do levantamento de produções acadêmicas foi realizada por intermédio de uma busca a plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Os descritores elegidos foram: “Educação de Surdos, Educação Especial e Surdez”, combinando-os de diferentes formas.

O recorte de tempo apresentado acerca da educação de surdos remonta os últimos dez anos (2012-2022), elegendo como critério de inclusão somente as teses publicadas sobre o tema. A justificativa para atuar somente com as teses é baseada no quantitativo de laudas possíveis para a composição desse material, sendo que, ao incrementar as dissertações, a escrita do trabalho ultrapassou a quantidade permitida.

Como resultado, a busca retornou um achado de 82 teses. A organização dos materiais coletados nesse universo permitiu a emersão de alguns dados. Na Tabela 1, por exemplo, é possível averiguar a quantidade de publicações realizadas por ano. De acordo com as informações levantadas, o ápice de publicações, referente ao ano de 2015, possui um total de 13 materiais catalogados, sendo esse o ano com maior quantitativo de materiais levantados.

Tabela 01 – Lista de Teses por ano.

Ano	Tese
2012	4
2013	6
2014	11
2015	13



2016	12
2017	10
2018	11
2019	7
2020	5
2021	3
2022	0
Total Geral	82

Fonte: Levantamento dos autores, 2023.

A Tabela 02 apresenta as áreas de concentração que apareceram no levantamento. Do total de produtos selecionados, a grande maioria se concentra nas humanidades, porém, foi possível levantar pesquisas de áreas diferentes como Química (1), Medicina (1), Sociologia (1), Psicologia (1), entre outras áreas.

Tabela 02 – Lista de Teses e Dissertações por área de concentração

Áreas de Concentração	Teses
Educação	35
Educação Especial	13
Ciências	3
Ciências da Saúde	2
Engenharia Elétrica	2
Ensino em Biociências e Saúde	2
Linguística Aplicada	2
Saúde Coletiva	2
Administração de Empresas	1
Ciências Sociais	1
Comunicação Social	1
Difusão do Conhecimento	1
Educação e Saúde na Infância e na Adolescência	1
Educação em Ciências	1
Educação nas Ciências	1
Educação: Currículo	1



Educação: História, Política, Sociedade	1
Enfermagem	1
Engenharia e Gestão do Conhecimento	1
Fonoaudiologia	1
Genética e Biologia Molecular	1
Geografia	1
Linguística Teórica e Descritiva	1
Psicologia	1
Psicologia Experimental	1
Química	1
Sociologia	1
Tecnologias da Inteligência e Design Digital	1
Teoria e Pesquisa do Comportamento	1
TOTAL	82

Fonte: Levantamento dos autores, 2023.

No tópico seguinte, iniciamos a apresentação das problematizações das teses levantadas e catalogadas para compor a teia de discussão e os traços do caos que percorre a educação de surdos.

Educação de Surdos: governamentalidade e normalização dos corpos

Aqui, nos propomos a apresentar as discussões narradas pelos autores e autoras capturados no levantamento de materiais para compor o universo de análise dessa pesquisa. Os trabalhos levantados procuram compreender noções que envolvam sujeitos surdos em processos educacionais e, portanto, compreende períodos escolares, formas de ensino, políticas de inclusão e bilinguismo.

Inicialmente, se torna pertinente apresentar a forma que Foucault compreende os conceitos elegidos para analisar as obras. Para o termo *governamentalidade*, Lopes e Fabris (2013, p. 23) apontam que para à “[...] busca de uma tradução mais adequada para o português da palavra *gouvernementalité*, que significa em Foucault, o conjunto de ações de governo somadas às ações de subjetivação, Veiga-Neto propõe *governamentalidade*”.



Portanto, a governamentalidade para Foucault (2019) não pode ser considerada somente àquelas ações do Estado sobre/para a sociedade civil. Em Foucault existe uma “[...] pluralidade de formas de governo e imanência dessas práticas com relação ao Estado [...]” que hora se imbricam, cruzam e se manifestam no interior da sociedade e do próprio Estado.

Se fazendo valer do texto de La Perrière, Foucault propõe que:

No texto de La Perrière, ao contrário, a definição do governo não se refere de modo algum ao território. Governam-se coisas. Mas o que significa esta expressão? Não creio que se trate de opor coisas a homens, mas de mostrar que aquilo a que o governo se refere é não um território e sim um conjunto de homens e coisas (FOUCAULT, 2019, p. 420).

A partir deste pensamento, a junção destas práticas de governo com as práticas de subjetivação (ações do sujeito sobre ele mesmo) fará emergir as possibilidades ou deslocamentos para outros modos de governamentalidade, dadas as condições políticas, sociais, econômicas, educacionais etc. (LOPES; FABRIS, 2013).

Desse modo, buscando investigar a formação de subjetividades de surdos, interações no ambiente escolar inclusivo e as práticas discursivas que percorrem esse ambiente educacional, os resultados da pesquisa de Araújo (2017), por exemplo, apontam que as crianças surdas, nos espaços inclusivos, com o tempo, passam a encontrar e formalizar estratégias próprias de comunicação, como a invenção de gestos entre os colegas de classe (ARAÚJO, 2017).

Essas marcas da diferença, principalmente pelo meio comunicacional, aparecem, também, nos achados de Figueirêdo (2015) apontando em suas análises que, ainda hoje, tais marcas constituem um desafio para a escola, onde as crianças que apresentam quaisquer divergências à norma institucional são categorizadas como portadoras de dificuldades de aprendizagem e, para dirimirem tais eventualidades, precisam ser direcionadas para atendimentos especializados.

Ao direcionar o olhar para a área da Educação Bilíngue de surdos, a pesquisa de Chiella (2015) apresenta a seguinte conclusão:

[...] destaca-se que essas escolas ainda mostram resquícios da escola especial, porém com outro desenho, uma vez que ainda se verificam índices baixos de matrícula nas escolas, com turmas pequenas, multisseriadas, nas quais estão não só alunos surdos, mas também surdos com outras deficiências associadas ou não à surdez, alunos com



e sem implante coclear, além de poucos profissionais surdos nesses espaços. A presença da língua de sinais é o modo de assegurar práticas pedagógicas significativas fundamentais para dar sentido à educação de surdos. Embora haja uma proposta bilíngue nas instituições pesquisadas, é preciso (re)construir um projeto educacional bilíngue que valorize, priorize e coloque em movimento a condição de vida bilíngue dos surdos, pautada pela diferença surda e pelo modo de vida surda. Em outras palavras, essa escola bilíngue necessita das ferramentas surdas (CHIELLA, 2015, p. 8).

Podemos perceber a mecânica do poder se enveredando em tal processo ao observar a pesquisa de Quiles (2015) que, ao investigar uma escola dita “bilíngue” para surdos no estado de Mato Grosso do Sul, comprovou que a mesma não se mostrou com esse foco, pois, não mantém a Língua de Sinais como *locus* central do processo de ensino e de aprendizagem desses alunos e, muito menos, inclusiva, apresentando vários problemas nessa direção (QUILES, 2015).

Pode-se inferir, a partir dos resultados de Quiles que o adjetivo “bilíngue” associado ao nome da escola, lhe concedia prestígio educacional e a tornava uma referência em ensino de surdos, quando na verdade, a instituição era considerada bilíngue por ter alunos surdos matriculados e a presença de intérpretes de Libras, sendo que, essa não se constitui em uma característica central do modelo de educação bilíngue para surdos.

Ainda segundo os resultados de Quiles (2015):

Considerando os princípios da educação bilíngue para surdos apresentados é possível afirmar que a escola pesquisada não é plenamente bilíngue, pelo menos não em sua essência e forma de funcionamento. Efetivam-se algumas práticas bilíngues pontuais, desconectadas de uma proposta consciente e decidida coletivamente. [...] O bilíngue evidenciado na escola Shirley Vilhalva ocorre superficialmente e não estruturalmente. Tem sido assumido por indivíduos, não pelo coletivo. Assim, a escola precisa avançar na compreensão da condição bilíngue dos alunos surdos. O cotidiano escolar orienta-se pela Língua Portuguesa e faz algumas concessões para a Língua de Sinais. Não há espaço de circulação efetiva da Libras e nem interesses formativos para os diferentes atores nesta direção. [...] a escola é bilíngue porque existe a presença da Libras, de alguma forma, em seu cotidiano. Se os surdos estão matriculados e utilizam a Língua de Sinais, então a escola é bilíngue (QUILES, 2015, p. 274-276).

Dessa forma, gostaria de introduzir um pensamento que Lopes (2011) lança ao questionar as práticas da escola para surdos: ela possui práticas distintas da Escola Especial e da escola de ouvintes, regular, porém, pelo fato de ser uma escola para surdos, ela não rompe



com a função primeira de qualquer Instituição de ensino que é disciplinar, socializar, normalizar e garantir ordem à sociedade.

Continuando as pontuações acerca dos espaços educacionais com sujeitos surdos, ao direcionar o olhar para o Ensino Superior, há, de certa forma, um deslocamento de determinadas problematizações. Agora, não mais se percebe um diálogo em torno da criação de um espaço ou curso que seja ministrado diretamente em Língua de Sinais, o que observamos é uma nova forma de governamentalidade: por intermédio da subjetividade.

Nesse sentido, o discente surdo será atendido pela gestão da Universidade que está matriculado (incluindo os Conselhos Universitário e de Ensino) e essa deverá assegurar a acessibilidade, ou seja, o acadêmico estará atrelado às malhas do setor de acessibilidade que fornecerá o direito linguístico materializado na presença do profissional de tradução e interpretação e demais ações visando a permanência do mesmo.

A problemática que tais dificuldades apresentam constrói a teia necessária para atingir a subjetividade desses sujeitos surdos, fazendo com que precisem desenvolver táticas de (auto)governo para permanecer no processo educacional de nível superior.

Lima (2022) aponta que a formação de subjetividades dos entrevistados surdos de sua pesquisa ocorre ora com base em uma norma social auditiva que causa uma tensão no próprio sujeito exigindo que o mesmo encontre meios de se aproximar do padrão auditivo, e, ora em uma norma social linguística que opera nos sujeitos entrevistados um julgamento de si mesmo depreciativo como sujeito, inscrevendo-se negativamente abaixo da linha da “normalidade” instaurada socialmente.

Esse reconhecimento negativo em relação à norma pode ser caracterizado justamente pela falta de promoção do bem-estar psicossocial dos discentes surdos, do reconhecimento de sua cultura e identidade. Essa falta se torna produtiva, criando novas subjetividades.

De outra forma, pode-se encontrar iniciativas inclusivas nos campos de educação de nível superior como, por exemplo, a pesquisa de Briega (2017) acerca do Enem como via de acesso do surdo ao ensino superior brasileiro. Em suma, percebe-se que, mesmo com uma prova realizada em Língua de Sinais, o índice de reprovação continua alto.



Assim, percebemos que o projeto governamental que envolve tais sujeitos produz uma verdade inquestionável: a educação é regida por uma pedagogia colonizadora e audista, ou seja, o ponto de partida para a educação de sujeitos surdos é o modelo ouvinte e não o surdo; dizer isso significa atribuir ao processo de ensino e aprendizagem uma lacuna e uma defasagem educacional quase que irremediável (CHACCHIO, 2014).

Ao tratar das pesquisas voltadas para a aquisição e aprendizado da Língua Portuguesa por sujeitos surdos, se torna perceptível uma real necessidade de que o idioma seja efetivamente tratado como uma segunda língua e que, tanto o processo de ensino quanto de aprendizagem, ocorra por intermédio da língua sinalizada (ALMEIDA, 2016).

Existe, aqui, uma noção produzida com o suporte da governamentalidade: instruir o sujeito surdo para estar socialmente incluído e que, obrigatoriamente, seja fluente na Língua Portuguesa. Um surdo efetivamente bilíngue. Esquece-se de que tal idioma se configura como uma segunda língua.

Segundo Lopes (2011, p. 69) “[...] as propostas de educação bilíngue estão sendo estruturadas de forma equivocada”. De acordo com a autora, é preciso “[...] repensar o uso do termo bilíngue para designar a condição do sujeito surdo que possui uma língua própria – a Língua Brasileira de Sinais – e que utiliza o português a partir do lugar de um brasileiro surdo (que não é o mesmo lugar de um brasileiro ouvinte)”. (LOPES, 2011, p. 69).

Vieira-Machado (2012, p. 122-123) aduz que:

Um dos maiores pontos de tensão está na língua, na luta dos surdos pela possibilidade de uso de sua língua de sinais. Porém, se o surdo não sabe o português escrito, a exclusão torna-se iminente, pois, muito mais do que um fator de inclusão em uma sociedade letrada, é a prova constante de que esse sujeito se coloca, para os ouvintes, como “pessoa capaz” (grifo no original).

As pesquisas que tratam de professores surdos apontam para a necessidade de institucionalizar medidas e ações inclusivas e condições de formações para tais docentes, tanto no bojo das políticas públicas quanto nas práticas da educação (BRITO, 2014).

Silva (2020) em sua tese “O trabalho pedagógico surdo na escola regular” observa que por essa modalidade de “professores surdos” ainda apresentar fragilidades em termos curriculares, linguísticos e pedagógicos, no que concerne à diferença de alunos surdos, tal



demanda de docentes surdos na escola regular, tem incorporado o trabalho pedagógico surdo como um mecanismo compensatório.

Essa percepção também percorre as análises de Streiechen (2018) onde detecta que a ênfase dos docentes ouvintes de sua pesquisa estavam mais inclinadas às dificuldades e menos às habilidades do aluno surdo, fazendo com que as dificuldades fossem cada vez mais acentuadas, levando o educando a desenvolver repúdio pela escola e um total desinteresse pelos estudos.

Para Streiechen (2018), situações como as apresentadas são marcadas por um engessamento docente em suas estratégias tradicionalistas e seculares onde ficam impossibilitados de ouvir e conhecer o aluno e desconsideram a vida que os mesmos possuem além dos muros da escola.

Se tratando dos profissionais intérpretes, interlocutores e tradutores aplicados ao processo educacional, Lopes (2015) aduz que tais profissionais compreendem seus papéis, exclusivamente, com a finalidade de atuar como intérpretes, o que provoca uma das cisões entre o significado social e o sentido pessoal que atribuem à sua atividade.

Percebe-se, então, que a existência de dois professores na mesma sala de aula deveria, ou poderia, implicar em um processo de atividades conjuntas dos mesmos; ao contrário, porém, a pesquisa de Lopes (2015) pontuou uma relação de subordinação de um professor a outro, excluindo o professor interlocutor e estudante surdo da atividade pedagógica.

Santos (2014) corrobora com a análise e admite que esse profissional é coautor dos discursos proferidos pelo professor em sala de aula. Lopes (2015), seguindo caminho semelhante, defende em sua tese que o professor interlocutor é professor, devendo, portanto, assumir a atividade de ensino do aluno surdo, de forma consciente e com a finalidade de promover o desenvolvimento pleno dos sujeitos envolvidos.

Por conseguinte, pensando a produção de discursos produzidas acerca do tema, a pesquisa de Barberena (2013) que analisa o que se diz acerca dos sujeitos surdos circulantes na ANPED de 1990 a 2010, aduz ser a escola um *lócus* de produção de sujeitos que vem investindo em uma educação para que esses assumam competências e se coloquem no jogo neoliberal de participação e permanência no mercado de trabalho, tornando-se, então, sujeitos



surdos eficientes e capazes de gerar lucro, sujeitos surdos concentrados, criativos, ativos e produtivos.

A seguir, buscando um fechamento para a discussão, apontamos algumas conclusões possíveis a partir das possibilidades de governamentalidade e de normalização emergidas na composição do trabalho e a partir das leituras das teses coletadas para a produção desse material.

Conclusão

O levantamento de estado de conhecimento permitiu emergir das pesquisas levantadas algumas formas de condução em relação a educação de sujeitos surdos. Pode-se inferir que uma das estratégias de condução detectadas, em ambientes inclusivos, é a demarcação da surdez atrelada à problemas de aprendizagem, sendo necessário a aplicação de correções e encaminhamento para atendimentos especializados. Essa tática de governo aloca a surdez atrelada aos estigmas da deficiência e produz subjetividades surdas adoentadas.

Em outros espaços de educação, percebemos uma segunda prática que está baseada em adjetivar escolas como sendo bilíngue unicamente por terem em suas dependências o aluno surdo matriculado, juntamente com a presença de intérprete de Libras, porém, a Língua de Sinais não ganha espaço no *lócus* do processo de educação. Tais instituições se valem do prestígio concedido pelo adjetivo de “bilíngue”, porém, sem conhecimento da cultura, identidade, alteridade e formas de vida oriundas das comunidades surdas.

Em espaços educacionais de nível superior as normas institucionais estão conduzindo os sujeitos surdos a governarem-se submersos em uma norma auditiva exigindo que se aproximem do padrão ou, de outra forma, inscrevam-se de forma depreciativa abaixo da condição social esperada de universitários ouvintes.

Percebemos que nestas formas de condução (educação básica, inclusiva e superior) há marcas de uma colonização audista, deixando o processo educacional de surdos com uma defasagem quase que irremediável. De outra forma, exige-se destes sujeitos que seja bilíngue e dominem a língua portuguesa, modalidade escrita, sob o risco de serem novamente excluído pelas normas.



Referências

ALMEIDA, Djair Lázaro de. **Português como segunda língua para surdos**: a escrita construída em situações de interação mediadas pela Libras. 2016. 244 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8756?show=full>. Acesso em: 17 jul. 2022.

ARAÚJO, Nina Rosa Silva de. **Interações da criança surda no ambiente escolar**: um olhar microsociológico sobre a sua chegada ao ciclo I do ensino. 2017. 178 f. Tese (Doutorado em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência) - Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, Guarulhos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/50855>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BARBERENA, Cinara Franco Rechico. **Educação e constituição do sujeito surdo**: discursos que circulam na ANPEd no período de 1990 a 2010. 2013. 162 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, São Leopoldo, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4557>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRIEGA, Diléia Aparecida Martins. **O Enem como via de acesso do surdo ao ensino superior brasileiro**. 2017. 121 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8831?show=full>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRITO, Rosana de Albuquerque Sá. **Desafios da inclusão**: vivências de educadores com deficiências ou com surdez. 2014. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35747>. Acesso em: 18 jul. 2022.

CHIACCHIO, Simon Skarabone Rodrigues. **Saberes docentes fundamentais para a promoção da aprendizagem do aluno surdo no ensino superior brasileiro**. 2014. 219 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185154>. Acesso em: 19 jul. 2022.

CHIELLA, Vânia Elizabeth. **Mosaico da escola de surdos**: fragmentos da educação bilíngue. 2015. 226 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, São Leopoldo, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/5887>. Acesso em: 19 jul. 2022.



FIGUEIRÊDO, Luciana Cabral. **O outro na escola**: algumas representações a respeito das diferenças. 2015. 172 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/976185?guid=1658424590721&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1658424590721%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d976185%23976185&i=2>. Acesso em: 20 jul. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

LIMA, Carlos Roberto de Oliveira. **As percepções dos discentes surdos sobre o ensino superior no âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**: entre o pessoal e o institucional. 2021. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Corumbá, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3860>. Acesso em: 02 ago. 2022.

LIMA, Carlos Roberto de Oliveira. **Audismo e surdez**: a formação de subjetividades surdas no Ensino Superior. Curitiba: Appris, 2022.

LIMA, Carlos Roberto de Oliveira. Apresentação. In: LIMA, Carlos Roberto de Oliveira. (org.). **Educação de surdos**: tensões e saberes educacionais em debate. p. 11-16.

LOPES, Mara Aparecida de Castilho. **Ensinar**: “então, é função de quem?” - Atuação do professor interlocutor na educação de surdos da rede estadual paulista. 2015. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-27102015-093026/pt-br.php>. Acesso em: 21 jul. 2022.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez e educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOPES, Maura Corcini. FABRIS, Eli Henn. **Inclusão e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013 (Coleção Temas & Educação).

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do conhecimento: conceitos, finalidade e interlocuções. **Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/porescrito/article/view/18875>. Acesso em: 05 abr. 2023.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. As instituições: discursos, significados e significantes, buscando subsídios teóricos e metodológicos... In: OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento (org.). **Diálogos em Foucault**. Campo Grande: Ed. Oeste. 2010^a. p. 95-133.



OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. Escolarização: pacto de silêncio pela indiferença. *In: OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento (org.). Diálogos em Foucault*. Campo Grande: Ed. Oeste. 2010b. p. 135-158.

QUILES, Raquel Elizabeth Saes. **Educação de surdos em Mato Grosso do Sul: desafios da educação bilíngue e inclusiva**. 2015. 328 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8061>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SANTOS, Lara Ferreira dos. **O fazer do intérprete educacional: práticas, estratégias e criações**. 2014. 203 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2930?show=full>. Acesso em: 31 jul. 2022.

SILVA, Lucas Romário da. **O trabalho pedagógico surdo na escola regular**. 2020. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, UFPB, João Pessoa, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18096?locale=pt_BR. Acesso em: 01 ago. 2022.

STREIECHEN, Eliziane Manosso. **Um estudante bilíngue, uma mãe surda e a escola: percurso de encontros, desencontros e contradições**. 2018. 259 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, Ponta Grossa, 2018. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2722>. Acesso em: 02 ago. 2022.

VIEIRA-MACHADO, Lucienne Matos da Costa. **(Per)cursos na formação de professores de surdos capixabas: a constituição da educação bilíngue no estado do Espírito Santo**. 2012. 219 f. Tese (Doutorado em Educação) – Fundação Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, Vitória, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185116>. Acesso em: 18 jun. 2022.